

SEÇÃO III

Ponto de Vista

A CRISE CAMBIAL E A AGRICULTURA BRASILEIRA

Ângelo Bressan Filho⁽¹⁾

As bruscas e potentes mudanças na política cambial brasileira, no início de janeiro de 1999, modificaram completamente o panorama econômico e, além do tumulto atual e tensões e incertezas sobre o futuro imediato, projetam um novo rumo para o futuro mais distante.

Do ponto de vista da agropecuária, essas transformações ocorreram às vésperas da colheita da safra agrícola de verão e colocam questões essenciais para os agricultores, entre as quais, como formar suas novas expectativas de preços, como realizar uma boa comercialização da safra e como viabilizar seu negócio no novo ambiente macroeconômico que se apresentará quando for debelada a atual crise.

Dentro do atual quadro de indefinições e incertezas não é uma tarefa simples antecipar, de forma clara, cenários para o futuro imediato. Porém é possível, a partir de algumas hipóteses de trabalho, realizar um exercício dos prováveis movimentos de preços e custos para os principais mercados de produtos e insumos agrícolas.

O PAPEL DA TAXA DE CÂMBIO NO SISTEMA ECONÔMICO

Para o completo entendimento dos efeitos da mudança cambial é necessário realizar um esforço de elucidação do papel do câmbio no sistema econômico e porque a alteração no seu valor provoca tanto tumulto.

O funcionamento de um sistema econômico monetizado tem como pressuposto o estabelecimento de preços nominais para todos os produtos finais, insumos, matérias-primas e serviços que são postos à disposição dos compradores, podendo ser gerados pela atividade produtiva doméstica ou adquiridos do exterior.

Esses preços, expressos em unidades monetárias, de modo geral, são constituídos de acordo com a pressão de compra gerada pelo conjunto dos consumidores e com a pressão de venda criada pelo conjunto dos produtores. Nesse jogo de comprar e vender, onde os consumidores buscam pagar o menor preço possível enquanto seu oponente vendedor procura receber o maior preço que puder conseguir, forma-se uma imensa matriz de preços nominais que tende a ser conhecida por todos os agentes interessados. A existência de uma certa estabilidade no comportamento desses preços facilita a formação de uma teia de relações que faz funcionar o sistema econômico e faculta aos produtores manter suas atividades e realizar seus negócios e aos consumidores adquirir o que desejam, em face de suas rendas, e satisfazer suas necessidades.

Além dos preços nominais, que indicam o valor, em unidades monetárias, dos bens econômicos, o funcionamento cotidiano da economia estabelece também uma relação de valor entre os bens e indica a quantidade de um determinado bem que é necessária para adquirir uma unidade de outro bem. Essa relação de valor entre bens, conceitualmente referida como preços relativos, é que determina o poder de compra de cada agente econômico, o padrão de consumo dos consumidores e a lucratividade ou prejuízo dos negócios.

Dessa forma, sempre que ocorre uma mudança irrevogável nessa relação de valores, existe uma conseqüente alteração na posição dos agentes afetados pois, uma quantidade maior (ou menor) de um bem passará a equivaler à mesma

unidade do outro bem, relativamente à situação anterior. Nessa circunstância, o agente beneficiado realiza um ganho econômico proporcional à perda do agente prejudicado.

Nesse intrincado sistema, que combina um número quase infinito de preços nominais e relativos, existem alguns "bens" cujos "preços" estão relacionados com um grande conjunto de cadeias produtivas, e seus movimentos, para cima ou para baixo, têm a capacidade de alterar o equilíbrio econômico existente dentre os preços da própria cadeia e entre diferentes cadeias. Enquadram-se nessa modalidade de bens, dentre outros, a moeda externa (cujo preço nominal é o câmbio); o crédito (cujo preço nominal é indicado pela taxa de juro) e o trabalho (cujo preço nominal é o salário).

Assim, a taxa de câmbio, por representar o preço das moedas externas, indica o volume de recursos domésticos que é necessário para comprar uma unidade monetária de moeda externa. Quer dizer, essa relação de valor define o preço, em moeda nacional, dos bens e serviços que são adquiridos de outros países. Define também o volume de moeda nacional que está associado ao valor, em moeda externa, do produto exportado. Quanto maior for a taxa de câmbio maior será a quantidade de moeda nacional necessária para pagar os produtos e serviços importados e maior a quantidade de moeda nacional recebida pela venda de produtos e serviços ao exterior.

Por esse motivo, qualquer mudança na taxa de câmbio que não for acompanhada por uma mudança equivalente em todos os demais preços do sistema econômico, cria um movimento de preços relativos que afeta todos os bens e serviços que tenham vínculo direto ou indireto com o comércio externo. Quando este movimento é de pequenas proporções (para cima ou para baixo) os ajustes de preços dos setores afetados pela mudança ocorrem sem que haja grandes alterações no equilíbrio macroeconômico do sistema e quase não são notados. Porém, quando ocorrem mudanças bruscas e acentuadas nessa taxa, os efeitos decorrentes provocam um processo de alterações nos preços relativos que conduzem a um forte e imprevisível rearranjo nos preços de comércio de um grande contingente de bens e serviços. Essa reação é provocada pelos agentes

econômicos que dão início a uma tentativa generalizada de preservar, recuperar ou aumentar suas receitas líquidas.

No caso da mudança na política cambial de janeiro passado, com a liberação do comércio de dólares americanos, o efeito imediato foi o aumento brusco do valor, em reais, daquela moeda. Esta alteração de preço produziu, instantaneamente, um aumento proporcional nos custos dos importadores que compram produtos no exterior e um aumento de receita, na mesma dimensão da valorização cambial, dos exportadores nacionais. Esse primeiro movimento de aumento de custos e receitas deve produzir movimentos sucessivos de ajustes em todos os setores afetados, que passarão a tomar medidas no sentido de repassar adiante seus novos custos (os importadores e os demais agentes das cadeias de produção afetadas) e de apropriar-se das novas receitas (os exportadores e as cadeias de produção correlatas).

EFEITOS SOBRE OS MERCADOS AGRÍCOLAS

Os ajustes de preços provocados pela mudança cambial deverão atingir mais intensamente duas classes de produtos, criando um movimento inevitável de elevação de preços. De um lado, estão os produtos em que nosso País tem sido grande exportador, como soja e seus derivados, café, suco de laranja, fumo e açúcar. Nesse caso, como a receita em reais dos produtos exportados tem um aumento proporcional à valorização do dólar americano, existe uma forte pressão para que esses produtos sofram aumentos de preços também quando são vendidos no mercado interno para o consumidor nacional. Todavia, um fator que vem amenizando tais efeitos está na própria crise mundial que tem amortecido a pressão de demanda por esses produtos, baixando suas cotações no mercado internacional, fato que atenua as pressões altistas provocadas pela desvalorização do real frente ao dólar americano.

De outro lado, estão os produtos em que o Brasil tem sido grande importador, como algodão, lácteos, trigo e insumos agrícolas (particularmente adubos e defensivos). Para esses produtos, o aumento de preços, ocasionado pela necessidade do importador dispor de mais reais para adquirir a mesma

quantidade de produto no mercado internacional, pressiona para que esse aumento de gasto seja repassado ao consumidor doméstico.

Existe uma terceira classe de produtos, composta por aquelas lavouras que têm pequeno ou nenhum vínculo com o mercado externo e que serão alvo de pequena ou nula pressão altista de preços derivada da desvalorização cambial.

Enquadram-se nessa classe os produtos em que nosso País é, ou está perto de ser, auto-suficiente, como arroz, feijão, farinha de mandioca, milho e hortícolas em geral.

A mencionada pressão altista sobre os preços dos dois primeiros grupos de produtos referidos gera dois efeitos importantes para a produção agrícola:

1) aumento da receita dos agricultores dedicados ao cultivo dos produtos beneficiados pelos novos preços. A maior lucratividade dessas lavouras aumentará a capacidade competitiva de nossos produtos no mercado externo melhorando o ânimo dos agricultores e, com certeza, proporcionando um crescimento mais rápido da produção nacional; e,

2) aumento dos custos de produção de todas as lavouras em face do aumento dos preços dos adubos e defensivos, que fazem parte da lista dos insumos indispensáveis ao processo produtivo. Nesse caso, os novos custos de produção poderão comprometer a rentabilidade das culturas que não conseguirem compensar tais aumentos e prejudicar sua produção no futuro.

Pelo que se pode observar, as mudanças macroeconômicas em andamento provocam uma dose inusitada de dúvidas e incertezas sobre produtores e consumidores. O papel do poder público neste momento deve pautar-se principalmente em intermediar os ajustes nos níveis de preços, de modo a impedir abusos que venham a colocar em risco a renda de uma ampla classe de agricultores, fato que pode comprometer, por um lado, a composição equilibrada das futuras safras e o abastecimento público, e, de outro, a capacidade de consumo das famílias brasileiras, que já estão sofrendo a pressão do desemprego

e da queda do nível da renda

Não podemos esquecer que, uma vez superado esse período de angústias e turbulência, com a estabilização da moeda e controle inflacionário, o padrão cambial resultante proporcionará uma gama enorme de negócios e oportunidades, criando espaço para um novo surto de desenvolvimento da agricultura.

(1) Diretor de Planejamento Agrícola, da Secretaria de Política Agrícola - Ministério da Agricultura e do Abastecimento.

Revista de Política Agrícola - Ano VIII - Nº 01 - Jan - Fev - Mar - 1999